

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO – 4ª DIVISÃO TÉCNICA

TCDF – 4ª ICE – 4ª DT
Folha n.º 2734
Processo n.º 2193/91
Rubrica.....

Processo nº 2193/91 (apensos os autos dos Processos nºs 2359/93, 2731/94 e 1822/95)

Órgão de Origem: Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF

Assunto: Admissão de Pessoal

Ementa: Denúncia formulada pelo Deputado Distrital CARLOS ALBERTO TORRES sobre possíveis irregularidades na contratação de pessoal pela CAESB.

- Defesas. Pela improcedência, exceto quanto aos já responsabilizados anteriormente, quanto a quem propomos a exclusão do processo.
- Pela expedição de quitação de débito.
- Pela notificação de multa por edital.
- Pela cobrança judicial de dívida.
- Pela reiteração do item VIII da Decisão nº 1223/03, agora à SGA.

Senhora Diretora,

O Tribunal, na Sessão Ordinária n.º 3.732/03, a teor da Decisão n.º 1.223/03 (fls. 2581/2582), deliberou por:

"II - considerar cumprida a determinação constante do item II, a, da Decisão nº 6031/01 e expedir quitação ao Sr. Abdala Karim Nabut pelo recolhimento comprovado à fl. 2499; III - autorizar a adoção de providências para que o Sr. José Wanderley de Oliveira Rosenthal seja notificado do contido no item II, b, da Decisão nº 6031/01, que determinou a reiteração do item II, da Decisão nº 5023/99, agora por edital, com base no art. 174, parte final, do Regimento Interno - TCDF, aprovado pela Resolução nº 38/90; IV - autorizar o Sr. Rondon Miranda Guimarães a efetuar o pagamento da multa aplicada pelo item IV, da Decisão nº 8529/2000 e mantida pelo item III, da Decisão nº 6031/01, de forma parcelada, em oito vezes, vincendas no dia 30 de cada mês, a partir do recebimento da notificação, com base nos arts. 27 e 28 da Lei Complementar - DF nº 1/94 c/c os arts. 180, caput e 186 do Regimento Interno - TCDF, aprovado pela Resolução nº 38/90, informando-lhe ainda que, na falta de recolhimento de qualquer parcela, ocorrerá o vencimento antecipado da dívida, devendo ainda comprovar o recolhimento junto ao Tribunal, mês a mês; V - em face da ausência de manifestação dos Srs. Paulo Cezar Timm e Humberto Ludovico de Almeida Filho, após regular notificação, determinar a cobrança judicial, a ser promovida pelo Ministério Público que funciona junto a esta Corte, das respectivas multas que lhes foram aplicadas, a teor da Decisão nº 6031/01, V, a e b, expedindo-se os competentes acórdãos, nos termos dos arts. 29, II, e 61, da Lei Complementar - DF nº 1/94 c/c os arts. 176, § 1º e 99, III, do Regimento Interno - TCDF; VI - negar provimento ao pedido de reexame interposto pelo Sr. Gladston Liporaci Barbosa por insubsistência de suas razões, mantendo os termos da Decisão nº 6031/01, V, a, e fixando em 30 (trinta) dias o prazo para comprovação, junto ao TCDF, do recolhimento do valor estabelecido; VII - determinar, à vista do princípio da

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO – 4ª DIVISÃO TÉCNICA

TCDF – 4ª ICE – 4ª DT
Folha n.º 2735
Processo n.º 2193/91
Rubrica.....

ampla defesa e do contraditório, e em conformidade com o disposto no § 5º, do art. 182, do Regimento Interno/TCDF, a audiência dos Srs. Ricardo Mendanha Ladeira - ex-Diretor-Geral do DMTU, Antonio Carlos Firmino - ex-Diretor-Geral do DMTU, Liane Nunes Born - ex-Diretora-Presidente da TCB e Clóvis A. Barbará Jacob - ex-Diretor-Geral do DMTU para apresentarem razões de justificativa quanto à concessão e prorrogação de suspensão de contrato de trabalho, no período compreendido entre 1/3/95 e 28/2/2000, aos empregados Ricardo Henrique Sampaio Santiago e Marcos Querino Mira, ambos originários do Convênio nº 2/92 - DMTU/TCB, contrariando assim tanto o caráter alegadamente imperioso daquelas contratações precárias como o art. 91, da Lei nº 8112/90 (aplicação no Distrito Federal conforme art. 5º, da Lei nº 197/91), tendo em vista eventual aplicação da sanção prevista no art. 57, II, da Lei Complementar - DF nº 1/94; VIII - determinar à Agência Reguladora de Serviços Públicos do DF e ao Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do DF - DMTU/DF a imediata impugnação de todas as admissões ocorridas no Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal - DMTU e na Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda - TCB, destituídas de concurso público após a expedição do OF GP nº 13/92, 3/11/92, dando-se cumprimento, agora de forma imediata e inadiável, ao deliberado na Decisão nº 30/97, II, fixando o prazo de 30 (trinta) dias para que a Agência e o Departamento comprovem a adoção de tais medidas, cujo desatendimento acarretará aos responsáveis a aplicação da multa disposta no art. 57, II e IV, da Lei Complementar - DF nº 1/94;"

2. Na última oportunidade em que se manifestou nos autos, o Plenário, conforme a Decisão nº 3050/03 (fl. 2627), deferiu os pedidos de prorrogação de prazo pelos interessados por trinta dias a partir da ciência da Decisão.

Item III (notificação de multa por edital)

3. Conforme o Edital de Notificação nº 1/2003 (publicado nos DODF's de 16/4/03 e 17/4/03 – fls. 2599/2600), o Sr. José Wanderley de Oliveira Rosenthal foi notificado da imputação de sanção aplicada pelo TCDF e do prazo de trinta dias para a comprovação do seu recolhimento.

4. Não houve manifestação por parte do notificado. Propomos seja determinada a cobrança judicial da dívida - a ser promovida pelo MPCDF - cuja origem relaciona-se à multa aplicada a teor do item II da Decisão nº 5023/99, confirmada pelo item II, b, da Decisão nº 6031/01, expedindo-se os competentes acórdãos, nos termos do art. 29, II, e 61 da Lei Complementar – DF nº 1/94 c/c os arts. 176, § 1º, e 99, III, do Regimento Interno.

Item V (cobrança judicial de multas)

5. Às fls. 2602/2603 constam, respectivamente, os Acórdãos nºs 53/03 e 63/03, julgando em débito os Srs. Paulo César Timm e Humberto Ludovico de Almeida Filho e levando a efeito o item em questão.

Item IV (parcelamento da multa aplicada pela Corte)

6. Os pagamentos mensais da penalidade aplicada foram efetuados,

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO – 4ª DIVISÃO TÉCNICA

TCDF – 4ª ICE – 4ª DT
Folha n.º 2736
Processo n.º 2193/91
Rubrica.....

conforme verificado mediante as cópias dos "Documentos de Arrecadação - DAR" de fls. 2604, 2607 e 2632/2637. Sugerimos, portanto, a expedição da respectiva quitação ao interessado.

Item VI (notificação para recolhimento de multa imposta ao Sr. Gladston Liporaci Barbosa)

7. Ambas as tentativas de notificação do Sr. Gladston Liporaci Barbosa foram frustradas (fls. 2598 e 2614). Propomos, devido à impossibilidade de localizá-lo, seja promovida a notificação por edital, com base no art. 174, parte final, do Regimento Interno – TCDF, aprovado pela Resolução nº 38/90.

Item VII (audiência para apresentação de razões de justificativa)

Sr. Antonio Carlos Firmino

8. A defesa consta da peça de fls. 2608/2613.

9. Argumenta que a prorrogação da suspensão dos contratos - ao menos em seu período como dirigente - foi efetuada antes de prolatada (ou da ciência) (d) a Decisão nº 30/97, a qual considerou nulos tais contratos. Não procede. O item II da Decisão nº 30/97 (fls. 970/971) refere-se expressamente à nulidade das contratações procedidas sem concurso público após a expedição do OF GP nº 13/92 – CIRCULAR, de 3/11/92. O marco a partir do qual este TCDF decidiu considerar nulas tais contratações foi 3/11/92 e não a data da prolação ou da ciência da Decisão nº 30/97, como quer o defendente. Ou seja, os contratos não se tornaram ilegais apenas em 1997, mas desde a origem em 1992. Este ponto é inquestionável e seria até absurdo que somente após quase 10 anos (1997) de promulgada a Constituição Federal este TCDF passasse a impugnar prospectivamente atos daquele teor. Por outro lado, se houve dificuldades políticas e operacionais para os respectivos desfazimentos, tais circunstâncias em nada legitimam a continuidade dos efeitos do Convênio após 3/11/92.

10. Todos tinham consciência da precariedade e ilicitude originária da situação, como confessa o defendente em diversas passagens:

"...Quanto ao caráter ilegal dos contratos decorrentes do Convênio nº 2/92 não há o que objetar. Estes contratos celebrados sem concurso público após a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, já nasceram, em verdade, com a marca da inconstitucionalidade flagrante."

"...Fato semelhante ocorreu em outras autarquias, passando-se ao largo da norma constitucional; a mão de obra conveniada, admitida sem concurso público, passou a se constituir em pedra angular destes órgãos; o receio era de substituir funcionários experientes por outros, concursados, mas sem o devido tirocínio."

"Durante minha gestão, me vi compelido a administrar uma autarquia, com vícios de contrato de trabalho de origem."

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO – 4ª DIVISÃO TÉCNICA

TCDF – 4ª ICE – 4ª DT
Folha n.º 2737
Processo n.º 2193/91
Rubrica.....

11. Quanto à alegada ausência de prejuízo econômico em razão da prorrogação da suspensão dos contratos, também não procede. Não é imprescindível a ocorrência de lesão financeira ao Estado para que atos praticados com imoralidade, impessoalidade ou desvio de finalidade, p.ex., sejam configurados, impugnados e promovida a imputação dos responsáveis. Não se exige, para a adequação do fato ao art. 57, II, LC – DF nº 1/94, a existência e muito menos a comprovação da ocorrência de dano financeiro.

12. A defesa é inconsistente. Propomos a aplicação ao defendente da sanção prevista no art. 57, II da LC nº 1/94, em razão da ilegalidade da prorrogação das suspensões dos contrato de trabalho dos empregados Ricardo Henrique Sampaio Santiago (fl. 2493) e Marcos Querino Mira (fl. 2492), ambos oriundos do Convênio nº 2/92-TCB/DMTU, em manifesta contrariedade à natureza do Convênio celebrado e à sempre alegada imperiosa necessidade de tais conveniados – ilegalmente contratados - para a operacionalização das atividades atinentes à TCB e ao DMTU.

Sr. Clóvis Antonio Barbará Jacob

13. A defesa consta das fls. 2638/2847.

14. São duas as alegações referentes ao fato imputado. Afirma que a suspensão do contrato do conveniado coube à TCB, havendo apenas a concordância do DMTU. E ainda que o fato não onerou o Estado. A segunda alegação foi refutada anteriormente. A primeira é inconsistente. Conforme consta do documento de fl. 2495 a solicitação da prorrogação da suspensão do contrato foi dirigida ao então Diretor-Geral do DMTU, agora defendente, e por ele deferida. Mesmo porque o Convênio nº 2/92 foi firmado entre TCB e DMTU.

15. A defesa é sumária e insustentável. Propomos a aplicação ao defendente da sanção prevista no art. 57, II da LC nº 1/94, em razão da ilegalidade da prorrogação da suspensão do contrato de trabalho do empregado Ricardo Henrique Sampaio Santiago (fl. 2495), oriundo do Convênio nº 2/92-TCB/DMTU, em manifesta contrariedade à natureza do Convênio celebrado e à sempre alegada imperiosa necessidade de tais conveniados – ilegalmente contratados - para a operacionalização das atividades atinentes à TCB e ao DMTU.

Sra. Liane Nunes Born

16. A defesa consta das fls. 2655/2658.

17. São três as alegações apresentadas. A primeira

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO – 4ª DIVISÃO TÉCNICA

TCDF – 4ª ICE – 4ª DT
Folha n.º 2738
Processo n.º 2193/91
Rubrica.....

afirmando que não houve prejuízos ao Estado em decorrência da concessão e prorrogação dos contratos em questão. Argumento já refutado anteriormente. A segunda - também já refutada – no sentido de que apenas a Decisão nº 30/97 (posterior à concessão e prorrogação dos contratos) tornou nulas as contratações derivadas do Convênio nº 2/92. A terceira refere-se à imputação de multa à defendente pela manutenção ilegal de conveniados no DMTU, conforme o item IV da Decisão nº 5310/00, prolatada no âmbito do Processo nº 1634/96 (fls. 2660/2662).

18. Realmente a defendente já foi responsabilizada por este TCDF pela manutenção de empregados oriundos do Convênio nº 2/92. Tal responsabilização resultou na imputação de multa.

19. Consideramos despropositada nova imputação à defendente. Não se trata de evitar o *bis in idem*, pois os atos impugnados não são exatamente os mesmos. Mas se já houve a responsabilização pelo ato mais grave, não seria razoável nova sanção agora por prática de ato menos grave cometido no mesmo contexto daquele. O tantas vezes repetido caráter pedagógico da sanção – se existe – já foi atendido naquela oportunidade.

20. Em nossa consideração, não há razões para nova imputação.

Sr. Ricardo Mendanha Ladeira

21. A defesa consta das fls. 2648/2650. O defendente também foi multado a teor do item IV da Decisão nº 5310/00, prolatada no âmbito do Processo nº 1634/96 (fls. 2660/2662). É a mesma situação examinada no tópico anterior, devendo a solução ser também a mesma. Não há razões para nova responsabilização.

Item VIII (impugnação de admissões ocorridas sem concurso público)

22. A teor do Decreto nº 23902/03 (fl. 2729), o DMTU foi extinto e criado o DFTRANS – Transporte Urbano do Distrito Federal.

23. O titular do então DMTU encaminhou – com mínima intempestividade - o OFÍCIO Nº 395/2003-GAB/DMTU-DF (fl. 2605) afirmando que “...conforme levantamento realizado na Gerência de Recursos Humanos deste Departamento, não consta nenhuma contratação destituída de concurso público após a expedição do ofício retromencionado.”.

24. Já o titular da extinta Agência Reguladora de Serviços

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO – 4ª DIVISÃO TÉCNICA

TCDF – 4ª ICE – 4ª DT
Folha n.º 2739
Processo n.º 2193/91
Rubrica.....

Públicos/ARSP – notificado em 26/3/03 (fl. 2596) – não respondeu. Todavia, a ARSP já havia sido extinta, conforme o art. 13 da Lei nº 3116/02 (DODF de 1º/1/03 – fls. 2730/2731) e o art. 6º do Decreto nº 23619/03 (DODF de 5/3/03 – fls. 2732/2733). A ausência de tal resposta não deve ser objeto de desdobramentos tanto porque a ARSP já havia sido extinta como porque a autoridade notificada era a mesma que dirigia o DMTU, havendo nesta qualidade respondido ao item VIII da Decisão nº 1223/03.

25. Em relação à situação atual dos conveniados, cabe ressaltar:

- o então titular do extinto DMTU informou laconicamente em 30/4/03 (fl. 2605) que naquela autarquia não havia empregados admitidos sem concurso público após 3/11/92;
- além da Decisão nº 1223/03, item VIII, há decisão judicial transitada em julgado determinando o desligamento de tais empregados (fls. 2665 e 2677/2683);
- a Lei nº 2681/01 (fls. 2705/2706), alterada pela de nº 2989/02 (fls. 2708), e os Decretos nºs 22322/01 (fl. 2710) e 23082/02 (fls. 2685/2695) procederam à criação de Tabela de Emprego no âmbito da Administração Direta, autarquias e fundações públicas, onde foram acomodados os empregados remanescentes de empresas ou entidades em processo de liquidação, privatização e extinção, sendo este o caso da TCB e do DMTU;
- conforme o art. 1º, *caput*, e § 3º do Decreto nº 22322/01, cabe à Secretaria de Gestão Administrativa a administração de tal Tabela, bem como o apostilamento dos respectivos contratos de trabalho;
- a teor do Ofício nº 272/2003 – GAB/SGA (cópia às fls. 2701/2703), conclui-se que o GDF adotou a decisão política de criar e manter a mencionada Tabela para não desligar os empregados – inclusive os conveniados – oriundos das entidades extintas. Pode-se comparar tal atitude com aquela relativa aos antigos conveniados da NOVACAP, cujos contratos de trabalho foram finalmente extintos pelo GDF – compelido após execução de decisão judicial -, que de forma imediata enviou Projeto de Lei (aprovado pela CLDF) criando centenas de cargos em comissão na estrutura administrativa distrital objetivando acomodá-los, só que mediante outra vinculação.

26. É clara e manifesta a determinação do atual Governo em não cumprir a mencionada decisão judicial e tampouco a decisão deste TCDF no sentido de desligar os empregados admitidos de forma inconstitucional.

27. Propomos, portanto, a reiteração do item VIII da Decisão nº 1223/03, agora dirigindo tal oficialização à titular da SGA, a teor da atribuição disposta no art. 1º, *caput*, e § 3º do Decreto nº 22322/01.

28. Registre-se, por fim, que o referido no item IX da Decisão nº 1223/03 - que ainda não foi desincumbido em face da urgência dos temas

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO – 4ª DIVISÃO TÉCNICA

TCDF – 4ª ICE – 4ª DT
Folha n.º 2740
Processo n.º 2193/91
Rubrica.....

agora tratados - será oportunamente providenciado.

Do exposto, propomos ao Plenário:

I – tomar conhecimento dos documentos de fls. 2604/2613, 2615, 2617 e 2632/2733;

II – considerar insubsistentes as defesas apresentadas pelos Srs. Antonio Carlos Firmino e Clóvis Antônio Barbará Jacob e aplicar-lhes sanção, respectivamente, pela prorrogação da suspensão dos contratos de trabalho dos empregados Ricardo Henrique Sampaio Santiago e Marcos Querino Mira e pela prorrogação da suspensão do contrato de trabalho do empregado Ricardo Henrique Sampaio Santiago, ambos originários do Convênio nº 2/92 – DMTU/TCB, contrariando assim o caráter alegadamente imperioso daquelas contratações precárias, com base no art. 57, II da Lei Complementar - DF nº 1/94;

III – considerar procedentes as defesas apresentadas pelos Srs. Ricardo Mendanha Ladeira e Liane Nunes Born, tendo em vista que já foram multados conforme a Decisão nº 5310/00, IV, a propósito da celebração e/ou aditamento do Convênio nº 2/92 – DMTU/TCB;

IV – autorizar a adoção de providências para que o Sr. Gladston Liporace Barbosa seja notificado do contido no item VI da Decisão nº 1223/03, que manteve os termos da Decisão nº 6031/01, V, a, agora por edital, com base no art. 174, parte final, do Regimento Interno – TCDF, aprovado pela Resolução nº 38/90;

V – em face da ausência de manifestação do Sr. José Wanderley de Oliveira Rosenthal, após regular notificação, determinar a cobrança judicial, a ser promovida pelo Ministério Público de Contas do DF, da respectiva multa que lhe foi imposta, a teor do item II da Decisão nº 5023/99, confirmado pelo item II, b, da Decisão nº 6031/01, expedindo-se o respectivo acórdão, nos termos dos arts. 29, II, e 61 da Lei Complementar – DF nº 1/94 c/c os arts. 176, § 1º, e 99, III, do Regimento Interno – TCDF;

VI – considerar cumprida a determinação constante do item IV da Decisão nº 1223/03 e expedir quitação ao Sr. Rondon Miranda Guimarães pelo recolhimento comprovado nos autos;

VII – determinar à titular da Secretaria de Gestão Administrativa – tendo em vista a atribuição prevista no art. 1º, *caput*, e § 3º do Decreto nº 22322/01 - a imediata impugnação de todas as admissões ocorridas no Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal –

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO – 4ª DIVISÃO TÉCNICA

TCDF – 4ª ICE – 4ª DT
Folha n.º 2741
Processo n.º 2193/91
Rubrica.....

DMTU e na Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda – TCB, destituídas de concurso público após a expedição do OF GP nº 13/92, 3/11/92, dando-se cumprimento ao deliberado nas Decisões nºs 30/97, II e 1223/03, VIII, fixando o prazo de 30 (trinta) dias para a comprovação da adoção desta medida cujo desatendimento poderá acarretar a aplicação da sanção disposta no art. 57, II, da Lei Complementar nº 1/94.

À superior consideração.

Brasília, 3 de dezembro de 2003.

Antonio Carlos Alves Linhares
Analista de Finanças e Controle Externo
Matrícula n.º 439-1